



ACÓRDÃO Nº386/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº11973/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Instituto da Mulher Dona Lindu.
- 4- **Exercício:** 2015.
- 5- **Responsável:** Maria Grasiela Corrêa Leite (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Isaac Luiz Miranda Almas - OAB/AM 12199.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Despacho nº 1339/2022-MPC/CASA, Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Instituto da Mulher Dona Lindu. Exercício de 2015.

Regularidade com ressalvas. Determinação. Ciência. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea "a", item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual do Instituto da Mulher Dona Lindu, sob a responsabilidade da **Sra. Maria Grasiela Corrêa Leite**, ex-Diretora Geral do Instituto da Mulher "Dona Lindu", exercício 2015, na forma do art. 22, II, da Lei Orgânica nº 2423/1996 c/c o art. 188, §1º, II, da Resolução nº 04/2002, por subsistir o Achado 5: Bens Patrimoniais: Justificar a ausência da data de aquisição, da Nota Fiscal e valor dos bens constantes no Relatório de Inventário Geral dos Bens Patrimoniais, em cumprimento ao previsto no artigo 94, 95 e 96, inciso II, da Lei 4.320/64 (fls. 52-198);
- 10.2. **Determinar** ao Instituto da Mulher "Dona Lindu" que regularize a data de aquisição, a Nota Fiscal e o valor dos bens constantes no Relatório de Inventário Geral dos Bens Patrimoniais, em cumprimento ao previsto no artigo 94, 95 e 96, inciso II, da Lei 4.320/64, constante fls. 52-198 dos autos;
- 10.3. **Dar ciência à Sra. Maria Grasiela Corrêa Leite**, acerca da decisão, na forma do art. 95, da Resolução nº 04/2002, ficando



ACÓRDÃO Nº386/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

autorizada a emissão de nova notificação, caso a primeira seja frustrada. Ato contínuo, se porventura persistir a problemática, para não restarem dúvidas quanto à sua validade e eficácia, desde já autorizo a comunicação via edital, com fulcro no art. 97, da Resolução nº 04/2002;

10.4. Dar ciência ao Sr. Isaac Luiz Miranda Almas, advogado da **Sra. Maria Grasiela Corrêa Leite**, inscrito na OAB/AM sob o nº 12199, acerca da decisão, na forma do art. 95, da Resolução nº 04/2002, ficando autorizada a emissão de nova notificação, caso a primeira seja frustrada. Ato contínuo, se porventura persistir a problemática, para não restarem dúvidas quanto à sua validade e eficácia, desde já autorizo a comunicação via edital, com fulcro no art. 97, da Resolução nº 04/2002;

10.5. Arquivar o presente processo, após expirados os prazos regimentais.

11- Ata: 7ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 14 de março de 2023.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em exercício), Josué Cláudio de Souza Neto, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente, em exercício

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO

Auditor-Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA

Procuradora-Geral